



# Prefeitura Municipal de Unaí - MG

Estado de Minas Gerais



PROCESSO Nº **01344/2018**

Abertura:  
26/01/2018

## SOLICITAÇÃO (FAZ)

Protocolo

Solicitante: ASSOC. DOS SERV. DO SISTEMA PRISIONAL DE UNAÍ - ASSPU

Código: CGC/CPF: 04708800000112 RG:

Endereço: BR. 251, KM 14 S/N PENITENCIÁRIA, ZONA RURAL, 38.610-000,

Telefone: E-mail:

Origem: DIVISÃO DE PROTOCOLO E COMUNICAÇÃO

REF. A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À CELEBRAÇÃO DA PARCERIA DE REPASSE DE RECURSOS DECORRENTE DE EMENDA PARLAMENTAR

IVANETE L. BRUNO FERNES  
DIVISÃO DE PROTOCOLO E COMUNICAÇÃO

## MOVIMENTAÇÃO DO PROCESSO

DESTINO	DATA	DESTINO	DATA
01 CSAP	26-01-18	13	
02		14	
03 SEJER	06-02-18	15	
04 C COP	09-03-18	16	
05 BEBOV	10-04-18	17	
06 Analegus	11-04-18	18	
07 Exatido, 2018		19	
08		20	
09		21	
10		22	
11		23	
12		24	

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO SISTEMA PRISIONAL DE UNAI - ASSPU  
CNPJ: 04.708.800/0001-12  
ROD. BR 251 KM 14 S/N - PENITENCIARIA ZONA RURAL - UNAI MG - CEP 38.610-000



## OFÍCIO

Unai-MG, 22 de janeiro de 2018.

Ao Excelentíssimo Senhor  
**JOSÉ GOMES BRANQUINHO**  
Prefeito de Unai-MG

Senhor Prefeito,

A entidade **ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO SISTEMA PRISIONAL DE UNAI - ASSPU**, inscrita no CNPJ sob o nº **04. 708.800/0001-12** vem respeitosamente encaminhar a documentação necessária à celebração da Parceria de repasse de recursos decorrente de Emenda Parlamentar.

### IDENTIFICAÇÃO

**Emenda nº: 54 e 55      Valores (es): R\$ 15.000,00 e R\$ 1.748,48**

(conforme Apêndice D da Lei Municipal nº 3.130/2017 - LOA 2018, disponível em: [http://www.prefeituraunai.mg.gov.br/pmu/outros/lai\\_arquivos/orcamento2018/loa2018\\_prefeitura\\_unai.pdf](http://www.prefeituraunai.mg.gov.br/pmu/outros/lai_arquivos/orcamento2018/loa2018_prefeitura_unai.pdf))

#### Objeto do gasto:

Auxílio à Associação dos Servidores do Sistema Prisional de Unai-ASSPU, CNPJ 04.708.800/0001-12, a fim de adquirir equipamentos e material permanente a esta entidade na execução de suas atividades.

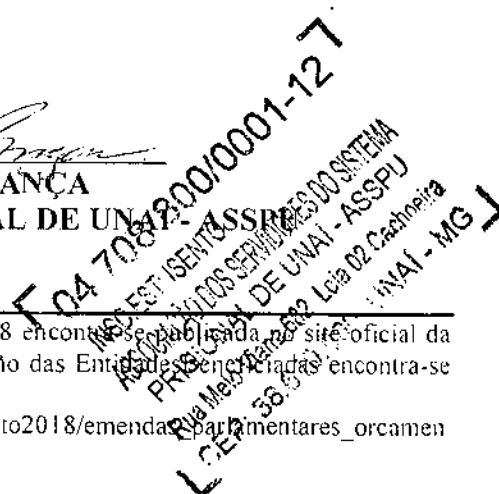
Contribuição à Associação dos Servidores do Sistema Prisional de Unai-ASSPU CNPJ 04.708.800/0001-12, a fim de subsidiar esta entidade na execução de projetos na área de esporte.

Colocamo-nos a disposição para quaisquer informações adicionais.

Atenciosamente,

**CLERIMAR PAULO BRAGANÇA**  
ASS. DOS SERV. DO SISTEMA PRISIONAL DE UNAI - ASSPU

**Nota:** A Lei Municipal nº 3.130/2017 -- Lei Orçamentária Anual 2018 encontra-se publicada no site oficial da Prefeitura. E a relação das Emendas Parlamentares com a identificação das Entidades beneficiárias encontra-se disponível no link: [http://www.prefeituraunai.mg.gov.br/pmu/outros/lai\\_arquivos/orcamento2018/emendas\\_parlamentares\\_orcamento2018\\_unai.pdf](http://www.prefeituraunai.mg.gov.br/pmu/outros/lai_arquivos/orcamento2018/emendas_parlamentares_orcamento2018_unai.pdf)





# ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO SISTEMA PRISIONAL DE UNAÍ - ASSPU



## PLANO DE TRABALHO

A PREENCHER

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Nome da Entidade: Associação dos Servidores do Sistema Prisional de Unaí -ASSPU

C.N.P.J.: 04 708 800/0001-12

Endereço: Rua Melo Viana, 682, Centro

E-mail: asspu@hotmail.com.br

Município: Unaí

U.F.: MG

C.E.P.: 38610-000

DDD/Tel. Fixo

DDD/Tel. Cel.: 38-998458514/ 38-999608029

Nome do Responsável: Clerimar Paulo Bragança

C.P.F.: 059.989.586-16

Endereço: : Rua Jarbas de Oliveira 144 apt 202, B Canabrava Unaí MG

Cargo: Presidente

Função: Direção Geral

Conta Corrente: 35573-9

Banco: Brasil

Agência: 0508-8

### 2. IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO CONCEDENTE

Nome do Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ

C.N.P.J.: 18.125.161/0001-77

Endereço: Praça JK s/n – Palácio Capim Branco

Município: Unaí

U.F.: MG

C.E.P.: 38.610-000

DDD/Tel. Fixo: 38 3677 9610

DDD/Tel. Cel.

### 3. DESCRIÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE/AÇÃO

Título do Projeto/Atividade/Ação:

Campeonato de futebol / Aquisição de equipamentos

#### Período de Execução

Início:

Término:

Identificação do Objeto:

### 4. JUSTIFICATIVA

Rua Melo Viana, 682, loja 02, Cachoeira  
Unaí/MG – CEP 38 610 000  
CNPJ: 04 708 800/001-12



## ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO SISTEMA PRISIONAL DE UNAÍ - ASSPU



\*Descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas.

5. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO*						
Metas	Etapa/Fase	Especificação	Indicador Físico		Início	Término
			Unid.	Qtde.		

\*Descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados.

6. PLANO DE APLICAÇÃO DO RECURSO*			
Descrição das Despesas	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total da Despesa em R\$
Pessoal e Obrigações (folha/encargos)			
Material de Consumo			
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica			
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física			
<b>Total Geral</b>			

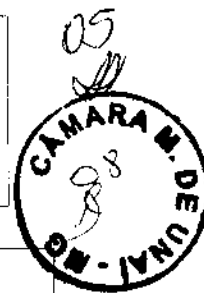
\*Previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria.

7. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (em R\$)					
Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro

Rua Melo Viana, 682, loja 02, Cachoeira  
Unaí/MG – CEP 38 610 000  
CNPJ: 04 708 800/001-12



**ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO SISTEMA  
PRISIONAL DE UNAÍ - ASSPU**



--	--	--	--	--	--

**8. PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES**

Relação dos Equipamentos e Materiais Permanentes				
Item	Nome e Especificação do Equipamento	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
<b>Total Geral</b>				

**9. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES E CUMPRIMENTO DAS METAS**

\*Forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas.

**10. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS**

\*Definição dos parâmetros (indicadores de resultados) a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

**11. AUTENTICAÇÃO**



**ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO SISTEMA  
PRISIONAL DE UNAÍ - ASSPU**



Unaí-MG, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

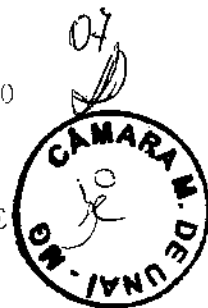
\_\_\_\_\_  
Assinatura e Nome do Representante Legal

**12. AVALIAÇÃO**

O presente Plano de Trabalho, após análise, demonstrou consonância com os requisitos da Lei nº 13.019/2014. Dessa forma, coloco-me FAVORÁVEL aos procedimentos legais para a celebração da Parceria.

Unaí-MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Gestor da Parceria



# ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO SISTEMA PRISIONAL DE UNAI - ASSPU

## CAPÍTULO I

### Denominação - Fundação - Sede - Foro - Duração e Fins

**Art. 1º.** Associação dos Servidores do Sistema Prisional de Unai, cuja sigla é ASSPU, é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro no município de Unai/MG, à BR 251 km 14, caixa postal 321 – Fazenda Macaúbas, na Zona Rural. Fundada em 02 de junho de 2000, registrada perante o Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da comarca de Unai – MG, sob o nº 639, no livro A-04 de pessoas jurídicas, em 18 de julho de 2001, com o exercício coincidente com o ano civil.

Parágrafo único. A denominação anterior era Associação dos Funcionários da Penitenciária Agostinho de Oliveira Júnior – ASFPAOJ.

**Art. 2º.** A ASSPU, com duração ilimitada, tem por finalidades:

I - Congregar os servidores que trabalham, trabalharam ou venham a trabalhar no sistema prisional do município de Unai;

II - Defender suas legítimas reivindicações e interesses pessoais ou coletivos;

III - Promover conferências, seminários, congressos, painéis, excursões, espetáculos, concursos, passeios, competições esportivas, dentre outros, de caráter cívico, político, cultural, social, turístico, estabelecendo desta forma a interação entre os servidores e seus familiares;

IV - Participar, quando para tanto for convidado, de eventos promovidos por outras entidades de classe, mormente as que congreguem os servidores e familiares, bem como trabalhar no sentido de que tais eventos sejam promovidos, sediando-os ou colaborando em suas realizações, estabelecendo assim um permanente intercâmbio com entidades de classe, que tenham objetivos correlatos aos da associação;

V - Firmar convênios com órgãos ou empresas que ofereçam assistência jurídica, hospitalar, médico-odontológico, recreativa e desportiva aos associados e ainda, na medida do possível, oferecer tais assistências por intermédio da própria entidade;

VI - Incentivar a melhoria das condições físicas de seus associados, através da prática esportiva;

VII - Procurar contribuir nas decisões das autoridades públicas, na elaboração de normas que visem beneficiar os associados e seus familiares;

VIII - Acompanhar o associado junto à diretoria, quando da existência de processo administrativo e ou sindicância, inclusive, oferecendo assistência jurídica se for o caso;

IX - Defender os princípios exarados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de cujo texto não pode fugir este estatuto.

## CAPÍTULO II

### Do Quadro Social - Direitos e Deveres

#### SEÇÃO I

#### Da Composição do Quadro Social

**Art. 3º.** A admissão dos sócios será sempre precedida de requerimento dirigido a associação, devidamente assinado pelo interessado, independentemente de sexo, nacionalidade, raça, opinião política, religiosa, cargo ou função que ocupa.

**Art. 4º.** A associação adota as seguintes categorias de sócios:

I - Efetivo;

II - Fundador;

III - Pensionista;

IV - Contribuinte;

V - Benemérito.



**Art. 5º.** São sócios Efetivos da associação os servidores: ativos, aposentados, afastados por licença médica ou por licença para tratar de interesses particulares, que pertençam ao quadro funcional do sistema prisional de Unai e que solicitem sua inclusão no respectivo quadro social da associação.

**Art. 6º.** São sócios Fundadores, todos que tenham participado da reunião de fundação e tenham assinado a ata.

**Art. 7º.** São sócios Pensionistas, aqueles que recebem benefícios provenientes de sócios, exceto, no caso de pensão alimentícia.

**Art. 8º.** São sócios Contribuintes, pessoas físicas que requererem e forem aceitas como sócias.

**Art. 9º.** São sócios Beneméritos, pessoas físicas que tenham contribuído para o crescimento e fortalecimento da associação.

Parágrafo único. A condição de sócio Benemérito será feita pela Diretoria Executiva.

**Art. 10.** Para efeito de benefícios na associação são considerados dependentes:

- I - O cônjuge;
- II - Filhos menores de 21 anos não emancipados;
- III - Filhos solteiros até 25 anos, devidamente matriculados em curso de graduação ou pós-graduação, reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura ou órgão equivalente;
- IV - O(a) convivente.

§ 1º. Equiparam-se a filho, para os efeitos previstos nos incisos II e III deste artigo, mediante comprovação pelo sócio titular, o enteado, o menor que por determinação judicial esteja sob a sua guarda ou tutela e pessoa comprovadamente inválida, que esteja sob sua dependência legal.

§ 2º. Considera-se convivente a pessoa que, sem ser casado, mantém relação marital estável com o sócio titular, dentro dos preceitos constitucionais.

**Art. 11º.** Os sócios e dependentes serão identificados pela carteira de identificação fornecida pela associação e ou por declaração devidamente assinada e reconhecida pela Diretoria Executiva.

**Art. 12º.** Aos sócios eleitos para órgãos de direção e fiscalização será fornecido cartão de identificação, indicando o cargo que ocupa e a data de validade do mandato, sendo que esta perderá sua validade ao término do mandato.

**Art. 13º.** A admissão de sócios concretizar-se-á mediante requerimento, dirigido a associação que deverá deferir ou indeferir no prazo de 10 (dez) dias, devendo a resposta ser comunicada ao proponente em igual prazo.

Parágrafo único. Os sócios não respondem nem solidária, nem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

## SEÇÃO II

### Dos Direitos dos Sócios

**Art. 14º.** São direitos dos sócios:

- I - Frequentar todas as dependências da associação ou locais sob sua tutela, respeitando os respectivos horários e regulamentos;
- II - Usufruir dos benefícios e vantagens previstos neste estatuto, obedecendo às normas estipuladas pelos órgãos componentes, observada a carência de 30 dias, a contar de sua admissão;
- III - Exercer o direito de votar e ser votado, desde que esteja em dia com suas obrigações estatutárias, há pelo menos 30 (trinta) dias antes da votação;
- IV - Candidatar-se a cargos eletivos, desde que esteja associado há pelo menos 1 (um) ano, na condição de sócio, entendendo-se que interstício aqui previsto tem seu início a partir da data da decisão que houver deferido o pedido de inscrição do proponente.

## SEÇÃO III





### Dos Deveres dos Sócios

**Art. 15º.** São deveres dos sócios:

- I - Cumprir o disposto neste estatuto e demais regulamentos vigentes na associação;
- II - Honrar os mandatos conferidos, pelo voto livre da classe, exercendo-os integralmente com dignidade, dedicação, eficiência e competência;
- III - Colaborar para o bom funcionamento da associação não se recusando a participar (salvo por motivo imperioso), dos departamentos, grupos de trabalho ou comissões, sempre que for convidado;
- IV - Pagar as mensalidades pontualmente, cumprir (dentro dos prazos convencionados), quaisquer compromissos financeiros assumidos espontaneamente com a associação e zelar pelo seu patrimônio, indenizando-a, quando ocorrerem, por sua culpa ou desídia, prejuízos para a entidade, a critério de seu órgão diretivo;
- V - Comportar-se condignamente nas dependências da associação ou locais sob sua tutela, principalmente no exercício profissional, colaborando para o aprimoramento da classe, evitando atitudes ou pronunciamentos que firam o bom nome da associação e seus dirigentes;
- VI - Oferecer sua colaboração a associação quando julgar em condições de contribuir para as decisões de assuntos importantes para a classe.

### CAPÍTULO III

#### Organização - Competência - Atribuições e Hierarquia

##### SEÇÃO I

#### Dos Órgãos Sociais

**Art. 16.** A associação terá a seguinte composição:

- I - Assembleia Geral;
- II - Diretoria Executiva;
- III - Conselho Fiscal.

##### SEÇÃO II

#### Da Assembleia Geral

**Art. 17.** As Assembleias Gerais da associação serão de dois tipos, a saber: Ordinárias e Extraordinárias, delas participando sócios em pleno gozo dos direitos estatutários, sendo convocadas, da seguinte forma:

- I - Pelo presidente;
- II - Pelo Conselho Fiscal;
- III - 1/5 (um quinto) dos associados.

**Art. 18.** As Assembleias Gerais serão convocadas por edital publicado nos quadros de aviso, e em locais públicos, e enviada convocação para os sócios, contendo, necessariamente, o local, data, hora e a ordem do dia, com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência.

**Art. 19.** As Assembleias Gerais serão instaladas pelo presidente e nos seus impedimentos, por seus substitutos legais.

**Art. 20.** A participação nas Assembleias Gerais será permitida, após identificação e assinatura no livro de presença, para os sócios em pleno gozo dos direitos estatutários.

**Art. 21.** O número legal exigível para a instalação das Assembleias é o seguinte:

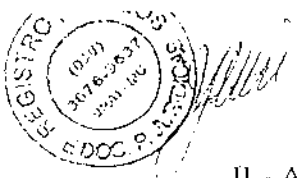
- I - A maioria dos sócios (50% + 1), em primeira convocação;
- II - Mínimo de 10 sócios, meia hora depois, em segunda convocação.

**Art. 22.** O presidente ou seu substituto legal instalará a Assembleia, lendo o edital de convocação, indicando um sócio para presidir os trabalhos.

**Art. 23.** A Assembleia Geral Ordinária será anual, devendo ocorrer até o último dia do mês de março de cada ano, quando, além de outros assuntos de interesse da classe, serão prestadas as contas e apresentado o relatório de gestão.

**Art. 24.** Compete à Assembleia Geral Ordinária:

- I - Eleger a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal;



13



II - Aprovar ou reprovar a prestação de contas.

**Art. 25.** Compete à Assembleia Geral Extraordinária:

I - Destituir a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal;

II - Alterar o estatuto;

III - Extinguir a associação e destinar o seu patrimônio nas formas previstas neste estatuto;

IV - Convocar eleições em caráter extraordinário;

V - Aprovar ou reprovar a admissão, eliminação ou exclusão de associados, em grau de recurso.

**Art. 26.** A soberania das Assembleias Gerais será ampla e irrestrita, quanto à sua pauta, entretanto, a apreciação de proposições que não estejam na ordem do dia, salvo se forem os assuntos de inquestionável relevância, serão apreciados a critério da mesa diretora ou se acolhidos por maioria absoluta do plenário.

**Art. 27.** Findo os trabalhos, será lavrada a ata circunstanciada e assinada pelos membros da mesa e 5 (cinco) sócios presentes à Assembleia.

#### **CAPÍTULO IV**

##### **Do Conselho Fiscal**

**Art. 28.** O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador da associação e guardião fiel do cumprimento do estatuto.

Parágrafo único: O Conselho Fiscal não receberá espécie alguma de remuneração, pelos serviços prestados à ASSPU.

**Art. 29.** O Conselho Fiscal compor-se-á de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes.

**Art. 30.** As reuniões do Conselho Fiscal serão trimestrais.

**Art. 31.** Compete ao Conselho Fiscal:

I - Examinar os balancetes trimestrais, e o balanço anual apresentados pela Diretoria Executiva;

II - Examinar e dar parecer sobre documentos fiscais e ou contábeis que lhe forem ou devam ser apresentados;

III - Examinar e dar parecer sobre operações de créditos e débitos.

§ 1º. As Atas de reuniões serão lavradas em livro próprio.

§ 2º. As decisões do Conselho Fiscal serão comunicadas à Diretoria Executiva, em 02 (dois) dias úteis, para cumprimento e ou outras providências que se fizerem necessárias.

#### **Capítulo V**

##### **Da Diretoria Executiva**

**Art. 32.** A Diretoria Executiva, com mandato de 2 (dois) anos, é seu órgão máximo de direção, orientação e execução.

Parágrafo único: A Diretoria Executiva não receberá espécie alguma de remuneração, pelos serviços prestados à ASSPU.

**Art. 33.** À Diretoria Executiva compete a execução de todas as atividades da associação, sendo constituída dos seguintes cargos, eleitos direta e especificamente:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - Primeiro Secretário;

IV - Segundo Secretário;

V - Primeiro Tesoureiro;

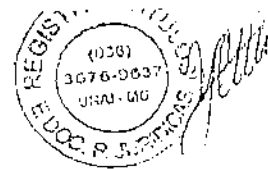
VI - Segundo Tesoureiro;

VII - Diretor Social;

VIII - Diretor de Esportes;

IX - Diretor de Patrimônio.

**Art. 34.** Compete à Diretoria Executiva:



14



I - Traçar as diretrizes básicas de orientação da associação, em todos os seus aspectos, garantindo a aplicação integral do consubstanciado no estatuto;

II - Criar departamentos, fixar suas finalidades e competência, ampliá-los, reduzi-los, fundi-los, dissolvê-los ou recompô-los, visando a sua melhor eficiência, dentro das necessidades ou conveniências da associação, criando também grupos de trabalho ou comissões e fixando suas atribuições;

III - Encaminhar anualmente, em tempo hábil, ao Conselho Fiscal os balanços e relatórios da associação para os devidos pareceres;

IV - Aplicar penalidades e julgar recursos, conforme o estatuto a respeito.

**Art. 35.** São atribuições do Presidente da associação:

I - Representar ativa e passivamente a associação, em juízo ou fora dele, sendo-lhe delegado o uso da firma social e poderes para receber citações em geral, constituir advogados, procuradores ou consultor jurídico, ouvidos os demais membros da Diretoria Executiva;

II - Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

III - Convocar as Assembleias Gerais da associação;

IV - Assinar a correspondência expedida, contratos, cheques, autorizações de despesas, ordens de pagamento e documentos em geral, isoladamente, quando lhe couber, ou em conjunto com membros autorizados da Diretoria Executiva;

V - Rubricar os livros legais e oficiais da associação;

VI - Convidar para reuniões da associação as pessoas que julgar convenientes face aos assuntos a serem tratados;

VII - Elaborar os relatórios e documentos de divulgação para classe;

VIII - Instalar as Assembleias Gerais, na forma estatuída;

IX - Zelar pela observância das disposições estatutárias e fazer cumprir ordens de serviço ou regulamentos aplicáveis aos vários setores da associação;

X - Representar a associação em atos solenes ou festivos, oficiais ou privados, quando a entidade for convidada, podendo designar substituto;

XI - Despachar, com auxílio dos demais membros da Diretoria Executiva o expediente diário da associação;

XII - Utilizar o voto de minerva, quando necessário;

XIII - Praticar, em suma, todos os atos tradicionalmente inerentes ao cargo.

Parágrafo único. As contas bancárias e afins da associação serão movimentadas conjuntamente pelo presidente e pelo primeiro tesoureiro.

**Art. 36.** São atribuições do Vice-presidente:

I - Substituir o presidente em seus impedimentos ou afastamentos, temporários ou em caráter definitivo, complementando neste último caso, seu mandato;

II - Assessorar o presidente em suas atividades.

**Art. 37.** São atribuições do Primeiro Secretário:

I - Dirigir os serviços da Secretaria Geral da associação, inclusive o protocolo e o arquivo;

II - Assinar com o Presidente, a correspondência oficial e a que estabeleça para a associação alguma obrigação;

III - Lavrar atas das reuniões da Diretoria Executiva e das Assembleias Gerais;

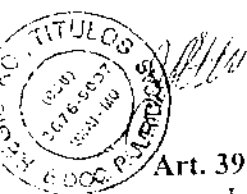
IV - Auxiliar o Presidente a despachar o expediente diário;

V - Cooperar ativamente com o Presidente na redação da correspondência a ser expedida e controlar sua remessa, bem como a leitura dos relatórios.

**Art. 38.** São atribuições do Segundo Secretário:

I - Substituir o Primeiro Secretário em seus impedimentos e afastamentos, temporários ou em caráter definitivo, completando neste caso, seu mandato;

II - Assessorar o Primeiro Secretário em suas atividades;



**Art. 39.** São atribuições do Primeiro Tesoureiro:

- I - Os serviços da Tesouraria Geral da associação e seus arquivos;
- II - Elaborar um quadro estatístico do movimento financeiro da associação, trimestralmente e mensalmente, os balancetes de caixa e anualmente os balanços gerais divulgando-os entre a classe e enviando-os ao Conselho Fiscal no fim de cada período;
- III - Assinar, juntamente com o Presidente, cheques, títulos ou documentos que representem valor e a correspondência que estabelecer para a associação obrigações de caráter financeiro ou econômico, bem como os balanços, balancetes e mapas de movimento financeiro trimestral;
- IV - Controlar as contas bancárias da associação e opinar suas despesas.

**Art. 40.** São atribuições do Segundo Tesoureiro:

- I - Substituir o Primeiro Tesoureiro em seus impedimentos e afastamentos, temporários ou em caráter definitivo, completando neste caso, seu mandato;
- II - Assessorar o Primeiro Tesoureiro em suas atividades;

**Art. 41.** São atribuições de todas as Diretorias:

- I - Assessorar o Presidente da associação nos assuntos relativos à suas diretorias, apresentando sugestões e estudos concernentes a esses aspectos;
- II - Dirigir os trabalhos das diretorias existentes ou que venham a ser criadas e que tenham por finalidade de promover a integração dos associados.

**Art. 42.** São atribuições da Diretoria Social:

- I - Promover e coordenar as atividades de natureza social da associação;
- II - Propor à Diretoria Executiva atividades sociais, objetivando promover maior entrosamento entre os associados;

**Art. 43.** São atribuições da Diretoria de Esportes:

- I - Promover e coordenar eventos de caráter esportivo da associação, como jogos, torneios e campeonatos, para os associados e seus familiares.

**Art. 44.** São atribuições da Diretoria de Patrimônio:

- I - Responsabilizar-se pela escrituração e controle dos bens móveis e imóveis da associação, mantendo o mapa carga atualizado;
- II - Planejar e coordenar a execução de obras de construção, de ampliação e de manutenção da associação, fazer cumprir seu cronograma e apresentar relatórios de sua execução;
- III - Coordenar o processo de aquisição e alienação de bens móveis, imóveis e semoventes da associação.

## CAPÍTULO VI

### Da Assessoria Jurídica

**Art. 45.** A Assessoria Jurídica é órgão de assessoramento superior, só poderá ser exercida por pessoa de reconhecida idoneidade e saber jurídico, inserita na Ordem dos Advogados do Brasil.

Parágrafo único. A nomeação do Assessor Jurídico e sua destituição será por indicação do Presidente, após aprovação da Diretoria Executiva, não sendo obrigatória a condição de associado para ocupação do cargo.

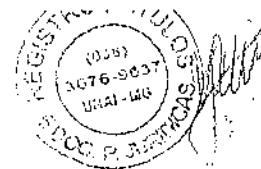
## CAPÍTULO VII

### Da Votação e da Comissão Eleitoral

**Art. 46.** Os sócios votarão nos locais estabelecidas pelo edital de convocação, no município de Unai - MG.

**Art. 47.** O presidente da associação, 15 (quinze) dias antes das eleições, nomeará 3 (três) sócios para comporem a comissão eleitoral.

**Art. 48.** O Presidente da associação providenciará a confecção de cédulas eleitorais, quando concorrerem à eleição mais de uma chapa.



**Art. 49.** Cada chapa concorrente, com antecedência mínima de cinco (5) dias, em requerimento dirigido a Comissão Eleitoral, poderá indicar, para o devido credenciamento, os nomes das três (3) fiscais, os quais fiscalizarão todos os trabalhos da eleição e a apuração.

**Art. 50.** A comissão eleitoral terá autoridade máxima para resolver todos os problemas durante processo eleitoral, prevalecendo a decisão final por maioria simples.

**Art. 51.** A apuração será pública a todos os sócios, podendo ser impugnadas por escrito, as irregularidades que surjam.

**Art. 52.** As impugnações por ventura havidas serão dirigidas a Comissão Eleitoral, no prazo máximo de 1 (uma) hora do fato, sob pena de não mais serem consideradas. Estas serão decididas por todos os seus membros e respectivos fiscais, que também terão direito à voto considerando-se vitoriosa a decisão por maioria simples.

**Art. 53.** Encerradas as apurações, a Comissão Eleitoral, proclamará a chapa eleita, e dará posse a nova Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

### **CAPÍTULO VIII**

#### **Das Penalidades - Afastamentos e Substituições**

**Art. 54.** Aos sócios que transgredirem as disposições estatutárias serão aplicadas penalidades conforme a gravidade da falta, a saber:

- I - Advertência oral;
- II - Advertência escrita;
- III - Suspensão dos direitos por 60 (sessenta) dias;
- IV - Eliminação do quadro social;
- V - Perda do mandato.

**Art. 55.** As penalidades serão aplicadas:

- I - As advertências, pelo Presidente;
- II - As suspensões e eliminações, por decisão da maioria dos membros da Diretoria Executiva;
- III - Perda do mandato, por decisão da Assembleia Geral Extraordinária.

§ 1º. Se o sócio transgressor pertencer Diretoria Executiva, às advertências serão aplicadas pelo Conselho Fiscal ou Diretoria Executiva, por decisão da maioria simples, e suspensão somente pela Diretoria Executiva.

§ 2º. Sendo o infrator membro do Conselho Fiscal, as advertências e suspensão serão aplicadas por decisão da maioria simples da Diretoria Executiva e perda do mandato pela Assembleia Geral Extraordinária.

**Art. 56.** A perda do mandato será automática em se tratando de membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, quando o membro faltar a 3 (três) reuniões consecutivas ou 6 (seis) alternadas, sem motivo justificado.

**Art. 57.** O sócio que sofrer penalidade de eliminação somente poderá ser readmitido ao quadro social da associação depois de decorrido pelo menos 1 (um) ano, mediante nova proposta, acompanhada de um termo de responsabilidade, assinada pelo mínimo de dez (10) sócios e com a aprovação do Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

**Art. 58.** Das penalidades aplicadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal, o sócio poderá recorrer no prazo de 5 (cinco) dias, para a Assembleia Geral, cujas deliberações são definitivas no âmbito da associação.

**Art. 59.** Os recursos serão encaminhados por escrito ao órgão competente para sua apreciação e decisão, dentro de 10 (dez) dias, dando-se ciência ao interessado, também por escrito, imediatamente da decisão.

**Art. 60.** São órgãos competentes para julgar recursos:

- I - A Diretoria Executiva, quando a pena for aplicada pelo Presidente ou Conselho Fiscal;
- II - A Assembleia Geral, quando apenas for aplicada pela Diretoria Executiva.



**Art. 61.** A substituição de membros do Conselho Fiscal ou da Diretoria Executiva, durante seus afastamentos, será feita normalmente, porém quando ocorrer a perda do mandato ou outra forma de vacância definitiva, o cargo só poderá ser preenchido com o aproveitamento de qualquer sócio, desde que a medida beneficie a associação, no que tange a eficiência do elemento que venha a ser indicado, salvo nos casos de eleição específica para o cargo.

Parágrafo único. O aproveitamento se fará mediante eleição realizada entre os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da associação.

## CAPÍTULO IX

### Generalidades

#### SEÇÃO I

##### Das Disposições Gerais

**Art. 62.** A associação só poderá ser dissolvida por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para tal fim, desde que comprovada a impossibilidade do cumprimento das finalidades previstas no estatuto.

**Art. 63.** Dissolvida a associação, será restituído aos associados, antes da destinação do remanescente, os valores devidamente atualizado das contribuições que tiverem prestado ao patrimônio da associação.

**Art. 64.** As quotas ou frações ideais do patrimônio da associação pertencente ao associado lhes serão restituídas, antes da destinação do remanescente.

**Art. 65.** O remanescente será destinado à entidade de fins não econômicos municipal, com objetivos sociais semelhantes ou idênticos, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária.

**Art. 66.** Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações da associação.

**Art. 67.** As contribuições da associação serão fixadas pela Assembleia Geral Extraordinária, que for convocada para tal fim.

**Art. 68.** Compete à Assembleia Geral deliberar sobre a aquisição, venda ou doação de bens imóveis.

#### SEÇÃO II

##### Das Disposições Transitórias

**Art. 69.** A atual diretoria eleita para o mandato 2010/2012 passa a ter a seguinte composição: o atual Secretário Geral passa a ocupar o cargo de Primeiro Secretário; o Primeiro Secretário passa a ocupar o cargo de Segundo Secretário; o Tesoureiro Geral passa a ocupar o cargo de Primeiro Tesoureiro; o Primeiro Tesoureiro passa a ocupar o cargo de Segundo Tesoureiro, o Assessor para Assuntos Culturais e Recreativos passa a ocupar a Diretoria Social; o Assessor de Relacionamento Intersindical passa a ocupar a Diretoria de Esportes e o Diretor de Patrimônio será eleito por indicação assembleia.

**Art. 70.** Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva em reunião com o Conselho Fiscal.

**Art. 71.** Este Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação. Revogam-se as disposições em contrário.

Unai - MG, 02 de julho de 2011

Eugênio Ferreira dos Santos  
Presidente

Paulo Henrique Pereira  
Primeiro Secretário

CFD 14255

Registro de Títulos e Documentos de Unai-MG Fone: (38) 3676-9637  
Rua: Celina Lisboa Frederico, 111 Loja 004, Ed. Alameda Center  
Documento Apresentado Hoje Protocolado

Registro de Títulos e Documentos  
e Pessoas Jurídicas  
Adalberto Cléber Gonçalves Ferreira  
Oficial de Vitalício  
Vilma Gonçalves Ferreira

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA****NÚMERO DE INSCRIÇÃO**  
**04.708.800/0001-12**  
**MATRIZ****COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO**  
**CADASTRAL****DATA DE ABERTURA**  
**18/07/2001****NOME EMPRESARIAL**  
**ASSOCIACAO DOS SERVIDORES DO SISTEMA PRISIONAL DE UNAI - ASSPU****TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)**  
**ASSPU****CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL**  
**94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais****CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS**  
**94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte**  
**94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente****CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA**  
**399-9 - Associação Privada****LOGRADOURO**  
**ROD BR 251 KM 14****NÚMERO**  
**S/N** **COMPLEMENTO**  
**PENITENCIÁRIA****CEP**  
**38.610-000** **BAIRRO/DISTRITO**  
**ZONA RURAL****MUNICÍPIO**  
**UNAI****UF**  
**MG****ENDEREÇO ELETRÔNICO**  
**CONTEXMG@HOTMAIL.COM****TELEFONE**  
**(38) 3676-1980****ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)**  
**\*\*\*\*\*****SITUAÇÃO CADASTRAL**  
**ATIVA****DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL**  
**26/03/2010****MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL****SITUAÇÃO ESPECIAL**  
**\*\*\*\*\*****DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL**  
**\*\*\*\*\***

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 26/12/2017 às 15:48:15 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 26/12/2017



## ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO SISTEMA PRISIONAL DE UNAI -

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - AGO

#### ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO SISTEMA PRISIONAL DE UNAI -

ASSPU, através de seu presidente o Sr. Paulo César Prudêncio, em pleno uso das atribuições que lhe são conferidas pelo estatuto social da entidade, **CONVOCA**, todos os associados para participarem da **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - AGO**, que será realizada na sede do SINDASP, situada na rua: Melo Viana, 682 - Bairro Cachoeira, Unai - MG, no **dia 30 de abril de 2016 (sábado)** em primeira convocação, às **08hs**, com a presença de metade e mais um dos associados, e, não havendo *quórum*, em **segunda convocação**, às **8hs e 30min**, com o número mínimo de 10 (dez) sócios, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- 1- Eleger a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal;
- 2- Aprovar ou reprovar a prestação de contas.

**Paulo César Prudêncio**  
Presidente - ASSPU

**Valdeí Bessa de Araújo**  
Tesoureiro - ASSPU





172


**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO SISTEMA PRISIONAL DE UNAÍ – AASPU, DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO BIÊNIO 2014/2016 E DA ELEIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA E DO CONSELHO FISCAL PARA BIÊNIO 2016/2018.**

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil de dezesseis, na subsele do SINDASP, situada na rua Melo Viana 682, bairro Cachoeira, na cidade de Unai/MG, às oito horas a primeira chamada não comparecendo metade mais um dos associados, não havendo quorum, às oito horas e trinta minutos, em segunda chamada, ainda ausente o quorum necessário, às nove horas e quarenta minutos em terceira chamada iniciou-se a Assembléia Geral Ordinária da Associação dos Servidores do Sistema Prisional de Unai – ASSPU para deliberar sobre a aprovação da prestação de contas do biênio 2014/2016 e eleição da Diretoria executiva e do Conselho Fiscal para o biênio 2016/2018, nos termos previstos da Seção II do Estatuto Social da mesma. Abrindo os trabalhos, Sr. Paulo César Prudêncio inscrito no CPF 791.061.106-49, representado pelo primeiro tesoureiro Valdei Bessa de Araújo inscrito no CPF 862.062.496-20, agradeceu pelo apoio no período de sua gestão e proferiu suas considerações acerca dos problemas enfrentados quando a frente da associação e se disponibilizou para responder quaisquer dúvidas dos presentes. Passando a apreciação da primeira ordem do dia, ou seja, a prestação de contas do biênio 2014/2016. Foram apresentados os balanços anuais e toda documentação fiscal e contábil da Associação, a fim de serem analisados pelos associados presentes. Não havendo nenhuma contestação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. Passando então apreciação da segunda ordem do dia, ou seja a eleição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal para o biênio de 2016/2018, sendo apresentada a chapa “A”, a qual é composta pelos membros: Presidente – Clerimar Paulo Bragança CPF: 059.989.586-16, Vice- Presidente – Adair Pereira da Silva CPF: 923.115.126-68, 1º Secretário – Janderson Aparecido da Silva de Jesus CPF: 877.932.451-72, 2º Secretário: Moacir dos reis Júnior CPF: 033.873.406-64, 1º Tesoureiro - Alailton soares Pinto CPF: 967.116.396-34, 2º Tesoureiro – Valdeir Bessa de Araújo CPF: 862.062.496-20, Diretor Social – Renilson Almeida Costa da Filho CPF: 827.312.335-91, Diretor de Esporte – Carlos Eduardo Borges de Magalhães CPF: 151.131.608-06, Diretor de Patrimônio – José Valdércio Ferreira Batista CPF: 043.700.126-19, Conselho Fiscal – Wellington da Silva Ferrão CPF: 616.327.831-34, Conselho Fiscal – Graciano da Silva Alves CPF: 747.004.804.91, Conselho Fiscal – José Estácio de Oliveira CPF: 033.741.236-78, Suplente Conselho Fiscal – Wemerson Teixeira de Sousa CPF: 079.910.436-14, Suplente Conselho Fiscal – Odenilson Batista dos Santos CPF: 049.611.446-81. Posteriormente procedeu a votação iniciada às nove horas e cinquenta e cinco minutos que decorreu na mais perfeita normalidade, o que por sua vez registra-se que a relação dos associados aptos a votar, conforme lista em anexo, foi acrescida com os nomes do(s) Sr(s) Renilson de Almeida Costa Filho CPF 827.312.335-91, Ueliton Ribeiro da Silva CPF 101.993.116-76, Renato da Rocha Guimarães CPF 014.520.366-24, Ricardo Freitas da Silva CPF 066.247.574-77, que por um lapso deixou de ser impresso.

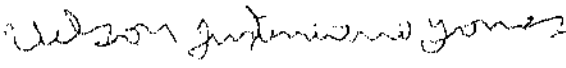
Ao final da apuração por 51(cinquenta e um) votos sagrou-se vencedora a chapa “A” “única”, de um total de 51 (cinquenta e um) votos válidos. Se junta a esta ATA relação dos associados que votaram devidamente assinadas e identificadas com a letra “a” os ausentes e rubricada pela comissão eleitoral para esta eleição. Logo declarada vencedora a “CHAPA A” foi



**EMPOSSADA** a nova Diretoria Executiva da **ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO SISTEMA PREISIONAL DE UNAI**. Não havendo mais nada a ser tratado, a eleição foi encerrada e eu, Uelson Justiniano Gomes, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada por mim, pelo Presidente da Comissão Eleitoral o Sr. Igley Martins Soares e demais membros, pelos membros eleitos e empossados e por cinco associados presentes na eleição. Ressalta-se por fim a ausência do Sr. Glauton Pereira da Silva, que por motivos de força maior não pode estar presente, salientamos ainda que o ex-presidente da associação Sr. Paulo César Prudêncio se fez presente no local da assembléia e deixou sua justificativa por estar de plantão nesta data. Ante as ausências por aclamação foi indicado para substituir a presidência da comissão o Sr. Igley Martins Soares e indicado o Sr. Uelson Justiniano Gomes para compô-la.

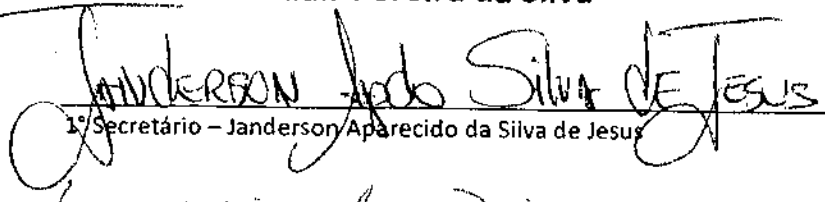
  
**Igley Martins Soares**  
 Presidente da Comissão Eleitoral (em substituição)

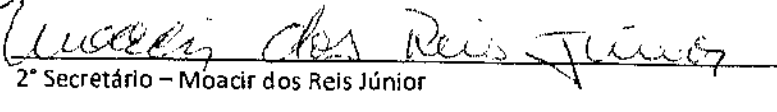
  
**Rogério Ribeiro Rodrigues**  
 Membro da Comissão Eleitoral

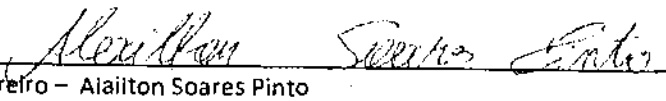
  
**Uelson Justiniano Gomes**  
 Membro da Comissão Eleitoral (nomeado)

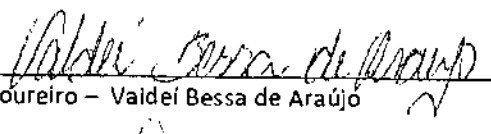
  
 Presidente – **Clerimar Paulo Bragança**


  
 Vice Presidente – **Adair Pereira da Silva**

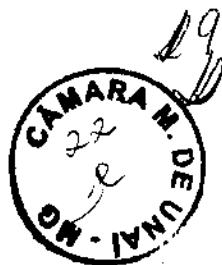
  
 1º Secretário – **Janderson Aparecido da Silva de Jesus**

  
 2º Secretário – **Moacir dos Reis Júnior**

  
 1º Tesoureiro – **Alailton Soares Pinto**

  
 2º Tesoureiro – **Valdeí Bessa de Araújo**

  
 Diretor Social – **Renilson Almolda Costa Filho**



x Carlos Eduardo Borges de Magalhães  
Diretor Esporte – Carlos Eduardo Borges de Magalhães

x José Valdecio  
Diretor de Patrimônio – José Valdecio ferreira Batista

x Wellington da Silva Ferrão  
Conselho Fiscal – Wellington da Silva Ferrão

x Graciano da Silva Alves  
Conselho Fiscal – Graciano da Silva Alves

x José Estácio de Oliveira  
Conselho Fiscal – José Estácio de Oliveira

x Cléber Francisco de Oliveira  
Suplente Conselho Fiscal – Cléber Francisco de Oliveira

x Wemerson Teixeira de Sousa  
Suplente Conselho Fiscal – Wemerson Teixeira de Sousa

x Odenilson Batista dos Santos  
Suplente Conselho Fiscal – Odenilson Batista dos Santos

Nome legível

Nome legível

Nome legível

Nome legível

Nome legível

Nome legível

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page, including names like Wemerson, Odenilson, and others.

**CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E**

CNPJ: 09.038.982/0001-85  
Rua Canabrava, 328 - Centro  
Fone: (38)3678-8837  
Adalberto Cléber Gonçalves Ferreira -

PROTOCOLO Nº 36855 REG Nº 839 - LIV 36-A - PAG 225 -AV Nº 15

Unai, MG, 03 de junho de 2016.  
Adalberto Cléber Gonçalves Ferreira - Oficial

Despesas	Emolumento	Recompa	TFJ	Total
	111,85	6,71	39,57	158,13

Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria Geral de Justiça  
1º Ofício CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Selo Número: ASR8a392  
Código: 6602.9413.5799.361e  
Total de atos: 7 / Emol: 111,85 TFJ: 39,57 Total: 158,13  
Consulte a validade deste Selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS

CNPJ: 09.038.982/0001-85

Rua Canabrava, 328 - Centro - Unai - MG - CEP: 38610-000

Tel: (38) 3676-9637

ADALBERTO CLÉBER GONÇALVES FERREIRA -



CERTIDÃO RESUMIDA

Certifico a pedido de parte interessada que revendo os arquivos, referentes ao Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas, verifiquei constar registrada no livro A-04, fls. 24, sob o nº 639, em 18 (dezoito) de julho de 2001, ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO SISTEMA PRISIONAL DE UNAÍ - ASSPU, entidade sem fins lucrativos, com sede e foro no município de Unai-MG, tendo como primeiro Presidente : Evandro Lopes Fernandes. ATUAL PRESIDENTE: CLERIMAR PAULO BRAGANÇA, CPF 059.989.586-16. NO REGISTRO HOUVE 16 AVERBAÇÕES. AVERBAÇÕES a saber: AV-12 e AV-13 em 21-05-2014: ata de eleição e posse, gestão 2014/2016, Pres. Paulo César Prudêncio. AV-14 em 16/09/2014: ata de alteração do estatuto. Alterou o artigo 2º. AV-15 em 03/06/2016: ata de eleição da nova diretoria, reunião em 30/04/2016. Presidente: Clerimar Paulo Bragança. AV-16 em 03/06/2016: lista de presença.

Dou fê.



Registro de Títulos e Documentos  
e Pessoas Jurídicas  
Adalberto Cléber Gonçalves Ferreira  
Oficial Vitalício  
Vilma Gonçalves Ferreira  
Escrivente Substituta  
Rua: Canabrava Nº 328  
Bairro: Centro  
Tel: (38) 3676-9637  
Cep: 38610-000 Unai-MG

O referido é verdade e dou fê. Unai, 20 de dezembro de 2016.

Adalberto Cléber Gonçalves Ferreira

Oficial do CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Emo = R\$ 74,40 TFJ = R\$ 27,85 Rec = R\$ 4,45 Des = R\$ 0,00 Total = R\$ 106,70

Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria-Geral de Justiça  
Ofício CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Unai - MG  
**Selo Número: ASR71958**  
Código: 6682.1154.0284.3034  
Total de atos: 5 / Emo: 78,85 TFJ: 27,85 Total: 106,70  
Consulte a validade deste Selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>



**ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO SISTEMA  
PRISIONAL DE UNAÍ - ASSPU**



A PREENCHER

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL**

Atestamos para os devidos fins que o(a) ASSPU- Associação dos Servidores do Sistema Prisional de Unaí, inscrito(a) no CNPJ nº 04708800/0001-12, com sede na cidade de Unaí, Estado de Minas Gerais, Rua Melo Viana, 682, centro possui capacidade técnica e operacional para a execução das atividades de \_\_\_\_\_, tendo realizado parceria semelhante neste

(descrever o objeto da parceria)

Município de Unaí, no período de

(inscrever período)

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Unaí, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Nome, RG, CPF e assinatura do declarante)

Rua Melo Viana, 682, loja 02, Cachoeira  
Unaí/MG – CEP 38 610 000  
CNPJ: 04 708 800/001-12



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO DOS SERVIDORES DO SISTEMA PRISIONAL DE UNAI - ASSPU  
CNPJ: 04.708.800/0001-12



Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:44:03 do dia 26/12/2017 <hora e data de Brasília>.

Válida até 24/06/2018.

Código de controle da certidão: 56A6.4293.C3AF.FCD7

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



REPÚBLICA DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE TRABALHO E EMPREGO



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ASSOCIACAO DOS SERVIDORES DO SISTEMA PRISIONAL DE UNAI - ASSPU

(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 04.708.800/0001-12

Certidão nº: 142412337/2017

Expedição: 26/12/2017, às 15:57:08

Validade: 23/06/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que ASSOCIACAO DOS SERVIDORES DO SISTEMA PRISIONAL DE UNAI -

A S S P U

(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº

04.708.800/0001-12, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.





## SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

## CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:  
26/12/2017CERTIDÃO VALIDA ATÉ:  
26/03/2018

NOME: ASSOCIACAO DOS SERVIDORES DO SISTEMA PRISIONAL DE UNAI - ASSPU

CNPJ/CPF: 04.708.800/0001-12

LOGRADOURO: BR 251 KM 14

NÚMERO: SN

COMPLEMENTO:

BAIRRO: ZONA RURAL

CEP: 38610000

DISTRITO/POVOAÇÃO: --

MUNICÍPIO: UNAI

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: <http://www.fazenda.mg.gov.br> => Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2017000245510075



# Prefeitura Municipal de Unai

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA  
DEPARTAMENTO DE RECEITAS



## CERTIDÃO NEGATIVA

Certifico que revendo os arquivos deste Departamento de Receitas, verifiquei não constar em nome de ASSOC. DOS SERV. DO SISTEMA PRISIONAL DE UNAI - ASSPU, inscrito(a) no CNPJ/CNPJ nº 04.708.800/0001-12, residente à Rod BR 251, , KM 14 S/N PENITENCIARIA Bairro: ZONA RURAL Unai-MG CEP.: 38.610-000, créditos tributários vencidos ou que já tenham sido objeto de execuções fiscais.

### IMÓVEIS E/ OU MOBILIÁRIOS ASSOCIADOS AO CONTRIBUINTE

Objeto	Inscrição	
IMÓVEL		

Ressalva-se, à Fazenda Pública Municipal, o direito de, a qualquer tempo, constituir créditos tributários cujos fatos geradores tenham ocorrido anteriormente à expedição desta certidão.

Certidão válida até: 08-04-2018

Unai, 08-01-2018

Responsável Legal

Assessoria Jurídica de Cont.  
Assessoria Jurídica de Cont.  
MAGGIOLINI  
Divisão de Gestão de Contas





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE PROCESSAMENTO DO PAGAMENTO DE PESSOAL

CADASTRO DE  
CONSIGNAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

01 - RAZÃO SOCIAL:

Associação dos Servidores do Sistema Prisional de Unai-ASSPU

02 - SIGLA:

ASSPU

03 - NATUREZA JURÍDICA (art. 4º, Decreto nº 45.548, 12/83/2011):

Sociedade Civil de Direito Privado

04 - CÓDIGO CREDENCIAMENTO  
SEPLAG:

05 - LOGRADOURO: Rua Melo Viana

06 - NÚMERO / COMPL.

682

07 - CEP:

38610-000

08 - BAIRRO/DISTRITO:

Cachoeira

09 - MUNICÍPIO:

Unai

10 - UF:

MG

11 - TELEFONE:

38-998458514

12 - E-MAIL INSTITUCIONAL:

asspu@hotmail.com.br

13 - MARCAR A(S) CONSIGNAÇÃO(ÕES) PRETENDIDA(S) PELO CONSIGNATÁRIO, OBSERVANDO O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI Nº 19.490/2011 E NO ART. 3º, DO DECRETO Nº 46.278, de 19 de julho de 2013, E NO ESTATUTO:

- ☐ Contribuição - Partido Político
- ☐ Mensalidade - Entidade Sindical
- ☐ Mensalidade - Entidade Representativa Servidor Militar
- ☐ Mensalidade - Entidade Representativa do Servidor Civil e Pensionista
- ☐ Contribuição para Capitalização - Cooperativa (Lei Federal nº 5.764/71)
- ☐ Mensalidade - Cooperativa de acordo com Lei Federal nº 5.764/1971
- ☐ Mensalidade de Seguro de Vida/Acidentes Pessoais (individual/grupo) - Sociedade Seguradora
- ☐ Mensalidade de Pecúlio/Plano de Benefícios - Entidade de Previdência Complementar
- ☐ Mensalidade de Plano ou Seguro de Saúde - Instituição Mantenedora ou Administradora do Plano
- ☐ Amortização de Financiamento de Empréstimo Financeiro Pessoal
- ☐ Despesas relativas gênero Alimentação/Saúde e Segurança - Entidade Representativa do Servidor Civil e Pensionista
- ☐ Despesas relativas Alimentação/Saúde e Segurança - Coop. Consumo, Entidade Sindical e Representativa do Servidor Militar
- ☐ Uniforme/Farda/Distintivo e Insigna dos órgãos de Segurança Pública do Estado
- ☐ Mensalidade para Custeio de Ensino Superior/Técnico e Profissionalizante
- ☐ Prestação Financiamento Habitacional e Imobiliário
- ☐ Despesas contraidas por meio Cartão de Crédito
- ☐ Despesas aquisição de uniforme do Colégio Tiradentes - Servidores do IPSM
- ☐ Despesas produtos e serviços - IPSEMG e IPSM

RESPONSÁVEL PELO CADASTRO  
(Membro da Diretoria Estatutária ou Procurador)

14 - NOME (completo e legível):

Clerimar Paulo Bragança

15 - CPF:

059.989.586-16

16 - CARGO / FUNÇÃO:

Presidente

17 - E-mail:

asspu@hotmail.com.br

17 - LOCAL E DATA:

Unai 04/12/17

18 - ASSINATURA DO(A) RESPONSÁVEL:

X

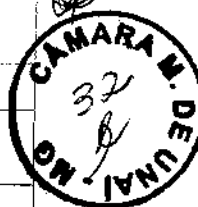
19 - INSTRUÇÕES:

1. Só será cadastrada consignação se prevista no Estatuto
2. O pedido de reajuste de consignação deverá ser formalizado pelo Consignatário junto ao Consignante (SEF, IPSEMG, IPSM, PMMG, CBMMG), observado o disposto no art. 15, do Decreto nº. 46.278/2013.
3. O valor a ser averbado nos sistema ConsigWeb-MG e descontado em folha, obedecerá ao disposto no Estatuto e Assembleia do Consignatário, ou, o valor registrado na Autorização de Desconto em Folha.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CREDENCIAMENTO / RECADASTRAMENTO DE  
CONSIGNATÁRIO (Lei nº. 19.490 / 2011)

## I - IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

01 - RAZÃO SOCIAL:

Associação dos Servidores do Sistema Prisional de Unai

02 - SIGLA:

ASSPU

03 - CNPJ:

04.708.800/001-12

04 - LOGRADOURO:

Rua Melo Viana

05 - Nº / COMPL:

682 / Ija02

06 - CEP:

38.610.000

07 - BAIRRO/DISTRITO:

Cachoeira

08 - MUNICÍPIO:

Unai

09 - UF:

MG

10 - TEL. (DDD):

(038)9 9242 6565

11 - E-MAIL INSTITUCIONAL:

asspu@hotmail.com.br

## II - SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO / RECADASTRAMENTO

12 - Solicitamos à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais - SEPLAG, o ( ) Credenciamento / ( ) Recadastramento da Instituição acima identificada, na condição de consignatário junto ao Estado de Minas Gerais, no âmbito do Poder Executivo, nos termos da Lei nº. 19.490, de 14 de janeiro de 2011, e regulamentos.

13 - 1º RESPONSAVEL P/ SOLICITAÇÃO

Nome: Clerimar Paulo Bragança

CPF: 059.989.586-16

Assinatura

13 - 2º RESPONSAVEL P/ SOLICITAÇÃO

Nome: Valdeir Bessa de Araújo

CPF: 862.062.496-20

Assinatura

14 - LOCAL:

15 - DATA:

21/03/2016

14 - LOCAL:

15 - DATA:

16 - RECONHECIMENTO DE FIRMA DO 1º RESPONSAVEL

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS

AV. JOSÉ LUIZ ALBUQUERQUE, 378 - CENTRO  
CEP: 38.610.000 - TELEFAX (38) 3676-11Reconheço como AUTÊNTICA, sem exame de  
direitos, a(s) firma(s) de:

[LS1bG0e4] - CLERIMAR PAULO BRAGANÇA.....

Unai/MG, 19/12/2016 - 15:1

Em Teste da Verdade

Emol. R\$ 4,20; Tx. R\$ 1,38; Rec. R\$ 0,25; Tot. R\$ 5,83.

MAYRA MYSIARA DE OLIVEIRA PAZ-ESCREVENTE

Selo: CFA59787

16 - RECONHECIMENTO DE FIRMA DO 2º RESPONSAVEL

PRIMEIRO SERVIÇO NOTARIAL

Del. Edson Lucas da Silva  
TabeliãoR. Jose do Patrocínio, 667 - Centro - Unai - MG  
CEP: 38.610.000 - Fone: (38) 3676-4044 - Fax: (38) 3676-1760Reconheço como AUTÊNTICA, sem exame de  
direitos, a(s) firma(s) de:

[LS1bG0e4] - VALDEIR BESSA DE ARAÚJO.....

Emol. R\$ 4,20; Tx. R\$ 1,38; Rec. R\$ 0,25; Tot. R\$ 5,83.

Unai/MG, 23/12/2016

Em Teste da Verdade

VALDEIR BESSA DE ARAÚJO

TABELIÃO

## III - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG

17 - DATA E ASSINATURA:

18 - DATA E ASSINATURA:

COORDENADORIA DE CONSIGNAÇÃO -  
DCPPP/SCAP/SEPLAGDIRETORIA CENTRAL DE PROCESSAMENTO DE  
PAGAMENTO DE PESSOAL - DCPPP/SCAP/SEPLAG

19 - Atendidas as exigências da Lei nº. 19.490, de 14 de janeiro de 2011, e regulamentos, DEFIRO a solicitação de

( ) Credenciamento / ( ) Recadastramento da Instituição acima, para o período de \_\_\_\_ / \_\_\_\_ a \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - SCAP/SEPLAG

**ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO SISTEMA PRISIONAL DE UNAI - ASSPU**  
**CNPJ: 04.708.800/0001-12**  
**ROO. BR 251 KM 14 S/N – PENITENCIARIA ZONA RURAL – UNAI MG – CEP 38.610-000**



**RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE**

Nome completo: Clerimar Paulo Bragança		Cargo: Presidente
RG: 13.789.614	Órgão expedidor: SSP/MG	CPF: 059.989.586-16
Endereço: Rua Jarbas de Oliveira 144 apt 202, B Canabrava Unai MG		

Nome completo: Adair Pereira da Silva		Cargo: Vice Presidente
RG: 8.463.413	Órgão expedidor: SSP/MG	CPF: 923.115.126-68
Endereço: Rua Melo Viana 682, Centro Unai MG		

Nome completo: Janderson Aparecido da Silva de Jesus		Cargo: 1º Secretário
RG: 2.004.846	Órgão expedidor: SSP/ MG	CPF: 877.932.451-72
Endereço: Rua Presidente Bernardes 883, B Centro, Unai MG		

Nome completo: Moacir dos Reis Junior		Cargo: 2º Secretário
RG: 12.518.560	Órgão expedidor: SSP/MG	CPF: 033.873.406-64
Endereço: Rua Pirapora 92, B Nossa Senhora Aparecida, Unai MG		

Nome completo: Alailton Soares Pinto		Cargo: 1º Tesoureiro
RG: 9.276.744	Órgão expedidor: SSP/MG	CPF: 967.116.396-34
Endereço: Rua Frei Anselmo 67, B Divineia Unai MG		

Nome completo: Valdeir Bessa de Araújo		Cargo: 2º Tesoureiro
RG: 5.906.564	Órgão expedidor: SSP/MG	CPF: 862.062.496-20
Endereço: Rua Melo Viana 682, Centro Unai MG		

Unai, 22 de janeiro de 2018.

  
(assinatura do dirigente)



## DECLARAÇÃO

Eu, **CLERIMAR PAULO BRAGANÇA**, brasileiro, portador do RG nº MG- 13.789.614 e do CPF nº 059.989.586-16, na qualidade de dirigente da **ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO SISTEMA PRISIONAL DE UNAÍ- ASSPU**, CNPJ Nº 04.708.800/0001-12, DECLARO, sob as penas da lei, que, dentre os dirigentes da organização da sociedade civil e seus cônjuges ou companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, não há membro de Poder (Executivo, Legislativo ou Judiciário) ou Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta do Município de Unaí.

Unaí, 22 de Janeiro de 2018.

CLERIMAR PAULO BRAGANÇA

INSC. EST. ISENTO  
ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO SISTEMA  
PRISIONAL DE UNAÍ - ASSPU  
Rua Melo Viana, 682, Lote 02 Carmeiza  
CEP 38.610-000 UNAÍ - MG

33



## DECLARAÇÃO

Eu, **CLERIMAR PAULO BRAGANÇA**, brasileiro, portador do RG nº MG- 13.789.614 e do CPF nº **059.989.586-16**, na qualidade de dirigente da **ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO SISTEMA PRISIONAL DE UNAÍ- ASSPU**, CNPJ Nº **04.708.800/0001-12**, DECLARO, sob as penas da lei, que a organização da sociedade civil: a) não está inadimplente com prestação de contas relativas a parcerias anteriormente celebradas; b) não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos; c) não teve contas de parcerias julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos oito anos; d) não se encontra submetida aos efeitos das sanções de: suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública; suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Município de Unaí; ou declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, nem está em cumprimento de penalidade passível de impedimento de celebração de parceria.

Unaí, 22 de Janeiro de 2018.

CLERIMAR PAULO BRAGANÇA

04.708.800/0001-127  
INSC. EST. ISENTA  
ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO SISTEMA  
PRISIONAL DE UNAÍ - ASSPU  
Rua Melo Viana, 682 Loja 02 Cachoeira  
CEP: 38.610.000 UNAÍ - MG





## DECLARAÇÃO

Eu, **CLERIMAR PAULO BRAGANÇA**, brasileiro, portador do RG nº **MG- 13.789.614** e do CPF nº **059.989.586-16**, na qualidade de dirigente da **ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO SISTEMA PRISIONAL DE UNAÍ- ASSPU**, DECLARO, sob as penas da lei, que a organização da sociedade civil não tem, entre seus dirigentes, pessoas: a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos oito anos; b) julgadas responsáveis por falta grave e inabilidade para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; c) consideradas responsáveis por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III, do artigo 12, da Lei Federal nº 8.429/1992.

Unaí, 22 de Janeiro de 2018.

**CLERIMAR PAULO BRAGANÇA**

04.708.800/0001-12  
INSC. EST. ISENTA  
ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO SISTEMA  
PRISIONAL DE UNAÍ - ASSPU  
Rua Melo Moraes, 682 - Lote 02 Cachoeira  
L CEP: 38.610-000 UNAÍ - MG



## DECLARAÇÃO

Eu, **CLERIMAR PAULO BRAGANÇA**, brasileiro, portador do RG MG- 13.789.614 e do CPF nº 059.989.586-16, na qualidade de dirigente da **ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO SISTEMA PRISIONAL DE UNAI- ASSPU**, CNPJ Nº 04.708.800/0001-12, DECLARO, sob as penas da lei, que a organização da sociedade civil não contratará nem remunerará, a qualquer título, com os recursos repassados, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta do Município de Unai.

Unai, 22 de Janeiro de 2018.

CLERIMAR PAULO BRAGANÇA

04.708.800/0001-12  
INSC. EST. ISENTO  
ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO SISTEMA  
PRISIONAL DE UNAI - ASSPU  
Rua Melh. Vista, 822 - Lda. 02 Cachoeira  
L CEP: 38.610.000 UNAI - MG



## DECLARAÇÃO

Eu, **CLERIMAR PAULO BRAGANÇA**, brasileiro, portador do RG MG- 13.789.614 e do CPF nº 059.989.586-16, na qualidade de dirigente da **ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO SISTEMA PRISIONAL DE UNAI- ASSPU**, CNPJ Nº 04.708.800/0001-12, DECLARO, sob as penas da lei, que a organização da sociedade civil possui instalações e condições materiais adequadas para a realização das atividades e/ou projetos constantes da proposta de parceria com o Município de Unai e o cumprimento das metas estabelecidas.

Unai, 22 de Janeiro de 2018.

CLERIMAR PAULO BRAGANÇA  
04.708.800/0001-12  
INSC. EST. ISENTA  
ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO SISTEMA  
PRISIONAL DE UNAI - ASSPU  
Rua Melo Viana, 682 Loja 02 Cachoeira  
CEP 38.610.000 UNAI - MG



**A PROVIDENCIAR DECLARAÇÃO**

Eu, **CLERIMAR PAULO BRAGANÇA**, brasileiro, portador do RG nº MG- 13.789.614 e do CPF nº 059.989.586-16, na qualidade de dirigente da **ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO SISTEMA PRISIONAL DE UNAI- ASSPU**, CNPJ Nº 04.708.800/0001-12, informo que os recursos públicos decorrentes da parceria a ser celebrada com o Município de Unai deverão ser depositados na seguinte conta bancária:

Nome do Banco (instituição financeira pública):

Agência:

Conta Corrente:

Assim, DECLARO, sob as penas da lei, que toda a movimentação bancária dos recursos será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

Unai, de                      de                      .

---

Confirmação do Banco



*Ao controle Interno,*

*Senhora Controladora, para análise e procedimentos legais.*

*Unaí, 26/01/2018*

---

**Waldir Wilson Nogueira Pinto Filho**  
Secretaria Municipal de Governo



# CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ - MG

## EMENDA N.º 54

Modifica-se o Anexo Orçamentário – Quadro das Dotações por Órgãos do Governo e da Administração – no seguinte dispositivo:

Acréscimo / Inclusão	Órgão(s)	Unidade(s)	Subunidade(s)	Função(ões)	Subfunção(ões)	Programa(s)	Ação(ões)	Classificação(ões) Econômica	Valor(es)	F (S)
	02	02	00	06	181	2750	0018	4.4.50.42.00	15.000,00	1246
Total										-
Cancelamento Compensatório	02	04	01	99	999	9999	9999	9.9.99.99.99	15.000,00	188
Total										-
Auxílios à Associação dos Servidores do Sistema Prisional de Unaí – ASSPU, CNPJ 04.708.800/0001-12, a fim de adquirir equipamentos e material permanente a esta entidade na execução de suas atividades										

## EMENDA N.º 55

Modifica-se o Anexo Orçamentário – Quadro das Dotações por Órgãos do Governo e da Administração – no seguinte dispositivo:

Acréscimo / Inclusão	Órgão(s)	Unidade(s)	Subunidade(s)	Função(ões)	Subfunção(ões)	Programa(s)	Ação(ões)	Classificação(ões) Econômica	Valor(es)	F (S)
	02	02	00	06	181	2750	0018	3.3.50.41.00	1.748,48	1250
Total										-
Cancelamento Compensatório	02	04	01	99	999	9999	9999	9.9.99.99.99	1.748,48	188
Total										-
Contribuição à Associação dos Servidores do Sistema Prisional de Unaí – ASSPU, CNPJ 04.708.800/0001-12, a fim de subsidiar esta entidade na execução de projetos na área de esporte										





MUNICÍPIO DE UNAÍ  
Controladoria Interna e de Transparência Pública



PARECER Nº 084/ 2018

PROCESSO Nº: 01344/ 2018 de 26 de janeiro de 2018

INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO SISTEMA PRISIONAL DE UNAÍ – ASSPU

ASSUNTO: Termo de Parceria - Emenda Parlamentar nº 54 - no valor de R\$ 15.000,00

OBJETO DA EMENDA: Auxílios à Associação dos Servidores do Sistema Prisional de Unaí – ASSPU, CNPJ 04.708.800/0001-12, a fim de adquirir equipamentos e material permanente a esta entidade na execução de suas atividades

**PARECER**

Trata-se de apresentação de proposta para a celebração da Parceria de repasse de recursos decorrente de Emenda Parlamentar.

A princípio, vale dizer que o repasse de recursos financeiros decorrente de Emenda Parlamentar à entidade beneficiada acima identificada enquadra-se ao que dispõe o art. 29 da Lei nº 13.019/2014 - Lei do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, que diz: “Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público”. (grifos nossos)

Atestamos a existência de crédito orçamentário para a execução do objeto dessa parceria, conforme Lei nº 3.128, de 11 de dezembro de 2017. Os valores previstos serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho a ser aprovado. A saber:

Descrição – Entidade	Dotação orçamentária	Ficha	Valor R\$
Associação dos Servidores do Sistema Prisional de Unaí – ASSPU	02 02 00 06 181 2750 0018 4.4.50.42.00	1246	15.000,00

Atestamos ainda que, a entidade acima identificada está **REGULAR** em relação a prestações de contas decorrentes de repasses de recursos anteriores, realizados pelo município à entidade.

Encaminhamos os autos à Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Lazer, responsável pela gestão da parceria, para análise e acompanhamento do processo. Caso conclua pela possibilidade de celebração da parceria, o gestor deve acompanhar e fiscalizar a execução da parceria, conforme dispõe o art. 61 da Lei 13.019/2014.

É o parecer.

Unaí/MG., 01 de fevereiro de 2018.

  
Lilian Cunha Rissi Matusita

Controladora Interna e de Transparência Pública



**MUNICÍPIO DE UNAÍ**  
Controladoria Interna e de Transparência Pública



**PARECER Nº 085/ 2018**

**PROCESSO Nº: 01344/ 2018** de 26 de janeiro de 2018

**INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO SISTEMA PRISIONAL DE UNAÍ – ASSPU**

**ASSUNTO: Termo de Parceria - Emenda Parlamentar nº 55 - no valor de R\$ 1.748,48**

**OBJETO DA EMENDA: Contribuição à Associação dos Servidores do Sistema Prisional de Unaí – ASSPU, CNPJ 04.708.800/0001-12, a fim de subsidiar esta entidade na execução de projetos na área de esporte**

**PARECER**

Trata-se de apresentação de proposta para a celebração da Parceria de repasse de recursos decorrente de Emenda Parlamentar.

A princípio, vale dizer que o repasse de recursos financeiros decorrente de Emenda Parlamentar à entidade beneficiada acima identificada enquadra-se ao que dispõe o art. 29 da Lei nº 13.019/2014 - Lei do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, que diz: “Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público”. (grifos nossos)

Atestamos a existência de crédito orçamentário para a execução do objeto dessa parceria, conforme Lei nº 3.128, de 11 de dezembro de 2017. Os valores previstos serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho a ser aprovado. A saber:

Descrição – Entidade	Dotação orçamentária	Ficha	Valor R\$
Associação dos Servidores do Sistema Prisional de Unaí – ASSPU	02 02 00 06 181 2750 0018 3.3.50.41.00	12S0	1.748,48

Atestamos ainda que, a entidade acima identificada está **REGULAR** em relação a prestações de contas decorrentes de repasses de recursos anteriores, realizados pelo município à entidade.

Encaminhamos os autos à **Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Lazer**, responsável pela gestão da parceria, para análise e acompanhamento do processo. Caso conclua pela possibilidade de celebração da parceria, o gestor deve acompanhar e fiscalizar a execução da parceria, conforme dispõe o art. 61 da Lei 13.019/2014.

É o parecer.

Unaí/MG., 01 de fevereiro de 2018.

—Lilian Cunha Rissi Matusita—

Controladora Interna e de Transparência Pública





**PREFEITURA DE UNAÍ**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**



A

Comissão de Seleção

Encaminhado processo 1344/2018,  
para análise documental.

Unaí, 06-02-2018

Rubens Galvão Alves Ferreira  
Secretário Municipal  
de Juventude, Esporte  
e Lazer



**MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG**  
**PODER EXECUTIVO**

Arquivo digital para  
preenchimento, disponível no  
Temporário – Controle Interno  
– Comissão de Seleção –  
Checklist.

**RELATÓRIO**  
**COMISSÃO DE SELEÇÃO**  
(Lei Federal nº 13.019/2014, Art. 2º, X; art. 27, § 1º)



IDENTIFICAÇÃO	
Processo nº: 01344/2018	
Nome da organização: Associação dos Servidores do Sistema Penitenciário de Unaí	
CNPJ: 04.708.300/0001-12	Data Criação: 02/06/2000
Endereço: BR. 251 Km 14 5/N Zona Rural, Penitenciária	
Município: Unaí - MG	CEP: 38.610-000
Telefones:	
Objeto da parceria: Adquirir equipamentos e material p/ execução de atividades	
Valor total da parceria: R\$ 15.000,00	

**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A Organização da Sociedade Civil apresentou:

Item	RELAÇÃO DE DOCUMENTOS	SIM	NÃO	Não se aplica	Obs.
1	Cópia do estatuto registrado e suas eventuais alterações, constando expressamente:	X			
	- objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social; (*)		X		
	- a previsão de que, em caso de dissolução, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei Federal nº 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta; (*)	X			
	- a previsão de escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;		X		



**MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG**  
**PODER EXECUTIVO**



Item	RELAÇÃO DE DOCUMENTOS	SIM	NÃO	Não se aplica	Obs.
2	Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil, comprovando sua existência de 1 (um) ano, no mínimo;	X			
3	Cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, registrada em cartório;	X			
4	Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União (CND Federal);	X			
5	Certidão negativa de débitos trabalhistas;	X			
6	Certidão negativa de débitos estaduais;	X			
7	Certidão negativa de débitos tributários emitida pelo Município de Unaí;	X			
8	Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), fornecido pela Caixa Econômica Federal;		X		Vencido
9	Comprovante de funcionamento no endereço por ela declarado;		X		
10	Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles;	X			
11	Atestado de capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas;		X		
12	Declaração de que, dentre seus dirigentes e respectivos cônjuges ou companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, não há membro de Poder (Executivo, Legislativo ou Judiciário) ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta do Município de Unaí;	X			



**MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG**  
**PODER EXECUTIVO**

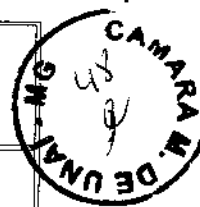


Item	RELAÇÃO DE DOCUMENTOS	SIM	NÃO	Não se aplica	Obs.
13	Declaração de que: a) não está inadimplente com prestação de contas relativas a parcerias anteriormente celebradas; b) não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos; c) não teve contas de parcerias julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos oito anos; d) não se encontra submetida aos efeitos das sanções de: suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública; suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Município de Unaí; ou declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, nem está em cumprimento de penalidade passível de impedimento de celebração de parceria;	X			
14	Declaração de que não tem, entre seus dirigentes, pessoas: a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos oito anos; b) julgadas responsáveis por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; c) consideradas responsáveis por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III, do artigo 12, da Lei Federal nº 8.429/1992.	X			
15	Declaração de que não contratará nem remunerará servidor ou empregado público, a qualquer título, com os recursos repassados;	X			
16	Declaração de que possui instalações e condições materiais adequadas para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas;	X			
17	Declaração com os dados da conta corrente específica em instituição financeira pública, isenta de tarifa bancária, na qual serão depositados os recursos públicos decorrentes da parceria;		X		
18	Comprovação de experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;		X		



**MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG**  
**PODER EXECUTIVO**

Item	RELAÇÃO DE DOCUMENTOS	SIM	NÃO	Não se aplica	Obs.
19	Comprovação de que está inserido no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social - CNEAS, quando a parceria envolver política de assistência social;			X	
20	Inscrição no Conselho Municipal pertinente à sua área de atuação, caso exigido pelo respectivo conselho de política pública;		X		
21	Plano de trabalho, nos termos da lei.		X		falta Preencher.



**CONCLUSÃO I**

Em relação aos documentos exigidos no edital de convocação, a Organização da Sociedade Civil apresentou todos os documentos necessários:

( ) Sim, devendo o processo ser encaminhado ao Técnico da área para emissão de Parecer.

(X) Não, devendo apresentar os seguintes documentos no prazo máximo de 5 (cinco) dias:

*decretos relativos a promoção de atividades - ausente*

*procuração de representação - ausente*

*item - 08 item - 18*

*item - 09 item - 20 ausente*

*item - 11 item - 21*

*item - 17*

**CONCLUSÃO II**

Após ser notificada, a Organização da Sociedade Civil apresentou toda a documentação faltante, no prazo estabelecido:

( ) Sim, devendo o processo ser encaminhado ao Técnico da área para emissão de Parecer.

( ) Não, faltando ainda a documentação abaixo relacionada, devendo o processo ser encaminhado ao Técnico da área para emissão de Parecer.

---

---

---

---

---



**MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG**  
**PODER EXECUTIVO**

É o Parecer da Comissão de Seleção.

Unaí-MG, 07 de fevereiro de 20 18.



Ednei Rodrigues Xavier      Raimundo Ferreira Mendes

Guilherme Pereira da Silva Brito



## Prefeitura Municipal de Unaí.

Secretaria Municipal da Juventude,

Esporte e Lazer.

Av. Frei Anselmo, 320 - Divinéia, Unaí-MG.

Ofício nº 008/2018

Serviço: Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Lazer.

Assunto: Processo 01344/2018 – Emendas Impositivas

Data de emissão: 08/02/2018

Senhor Presidente,

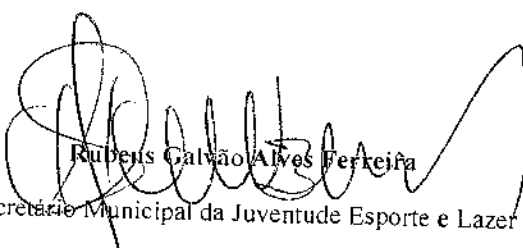
Com referência ao assunto supra, em que a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO SISTEMA PRISIONAL DE UNAÍ, em que esta entidade apresentou plano de trabalho e documentação atendendo as emendas Impositivas Nº 54 E 55 feitas pelo Vereador Eugênio Ferreira conforme determina a Lei. Atualmente o processo está na Comissão de Seleção, cumpre-me comunicar que esta apontou as seguintes irregularidades ou ausências documentais:

- 1 – Objetivos voltados a promoção de atividades e finalidades de relevância social.
- 2 – Previsão de escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e Normas Brasileira de Contabilidade.
- 3 - A Certidão de regularidade com o FGTS está vencida em 20/01/2018.
- 4 – Comprovante de funcionamento no endereço declarado.
- 5 – Atestado de capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades previstas e cumprimento das metas estabelecidas. Sem preenchimento.
- 6 - Declaração com dados de conta corrente em instituição pública isenta de tarifa. Ausente.
- 7 – Comprovação de experiência prévia na realização, com efetividade do objeto ou de natureza semelhante. Ausente.
- 8 – Inscrição no Conselho Municipal pertinente a área.
- 9- Plano de trabalho nos termos da Lei. Falta o seu preenchimento.

Conforme determina a Lei esta entidade tem prazo de 05 dias a contar do recebimento desta para protocolar a documentação faltante para que o processo corra o seu tramite dentro dos prazos estabelecidos.

Sendo só para o momento, reitero protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
Rubens Galvão Alves Ferreira  
Secretário Municipal da Juventude Esporte e Lazer

Rubens Galvão Alves Ferreira  
Secretário Municipal  
da Juventude, Esporte  
e Lazer

A

Associação dos Servidores do Sistema Prisional de Unaí - ASSPU

Rosilene Lins de Souza  
recebido 09/02/18



# MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG

## PODER EXECUTIVO



48  
1

### PARECER TÉCNICO

(Lei Federal nº 13.019/2014, Art. 35, V)

IDENTIFICAÇÃO		
Processo nº: 1344/2018	Nome da organização: Associação dos Servidores do Sistema Prisional de Unaí - ASSPU	
CNPJ: 04.708.800/0001-12	Data Criação:	
Endereço: Rua Melo Viana, 682, Centro		
Município: Unaí - MG	CEP: 38.610-000	Telefones: 998458514/999608029
Objeto da parceria: Emenda nº 54 e 55.		
Valor total da parceria: R\$16.748,48	Valor da parcela: R\$16.748,48	

"Ao decidir sobre a celebração de parcerias previstas nesta Lei, o administrador público: II avaliará as propostas de parceria com o rigor técnico necessário (art. 8º, Lei 13.019/2014)"

### DOS REQUISITOS

"emissão de parecer de órgão técnico da administração pública, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito: (art. 35º, V, Lei 13.019/2014)"

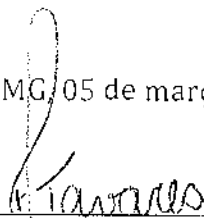
### CONSIDERAÇÕES

Considerando que o plano de trabalho é um dos requisitos da Lei Federal nº 13.019/2014, no qual o órgão técnico avalia as seguintes matérias: Mérito da proposta e conformidade da parceria, identidade e reciprocidade de interesse das partes, viabilidade de execução, adequação do cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho, entre outros. Todavia, a entidade apresentou plano de trabalho incompleto, sendo inviável a emissão de parecer técnico.

Sendo assim, indefiro a celebração de parceria.

É o Parecer Técnico,

Unaí-MG, 05 de março de 2018.

  
Andreia Tavares da Silva

Agente de Programas de Esporte, Cultura e Lazer  
Coordenadoria de Projetos e Convênios/Secretaria Municipal de Governo

**Andreia Tavares da Silva**  
Coordenadoria de Projetos e Convênios  
Matrícula 099505





# MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG

## PODER EXECUTIVO



Processo nº 01360/2018

Solicitante: Associação dos Servidores do Sistema Prisional de Unaí - ASSPU

AO SENHOR  
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Trata-se de proposta da Associação dos Servidores do Sistema Prisional de Unaí - ASSPU, para celebração de parceria envolvendo recursos decorrentes das emendas parlamentares nº 54 e 55 à lei orçamentária anual.

A existência de crédito orçamentário específico foi confirmada pela Controladoria Interna e de Transparência Pública que, na ocasião, atestou a regularidade da proponente na prestação de contas de parceria anteriormente celebrada com o Município (fls. 39-40).

A Comissão de Seleção, por exercício de suas atribuições, constatou o **não preenchimento** de requisitos de habilitação exigidos pela Lei Federal nº 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil.

Intimada a sanar os vícios, a proponente restou inerte.

Por fim, houve emissão de parecer técnico **desfavorável**.

O art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 estabelece que *"a destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais"*.

Por sua vez, a Lei Municipal nº 3.095/2017, que estabelece as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária anual do exercício de 2018, prevê que:

Art. 30. Fica permitida a inclusão na LOA e em seus créditos adicionais de dotações a título de auxílios, subvenções sociais e contribuições para Organizações da Sociedade Civil – OSC –, desde que autorizada por lei específica que discrimine a tipificação dos serviços e os valores a serem destinados.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de auxílios, subvenções sociais e contribuições a entidade **deverá** atender às exigências previstas na Lei Municipal nº 3.083, de 8 de maio de 2017, na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e demais alterações.



# MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG

## PODER EXECUTIVO

(...)

Art. 35. As transferências de recursos às entidades prevista no artigo 30 desta Lei **deverão** ser precedidas da aprovação do plano de trabalho, termo de fomento, termo de colaboração e acordo de cooperação, devendo ser observadas, na elaboração de tais instrumentos, as exigências da Lei Municipal n.º 3.083, de 8 de maio de 2017, e na Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, e demais alterações.

§ 1º Compete ao órgão concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 2º Fica **vedada** a celebração de termo de fomento, termo de colaboração e acordo de cooperação com entidade em **situação irregular** com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

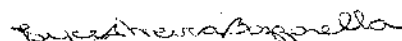
§ 3º Excetua-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o *caput* deste artigo os caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberem recursos diretamente do Governo Federal por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE.

É certo que as profundas novidades introduzidas pela Lei Federal n.º 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC) demandam tempo para assimilação e necessária adequação tanto da Administração Pública quanto do terceiro setor. Todavia, sua fiel observância é imprescindível para a legalidade das parcerias e, sobretudo, para a regularidade de eventual transferência de recursos públicos, considerando inclusive a nova redação dada à Lei Federal n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa).

Por todo o exposto, entendemos haver impedimento de ordem técnica à celebração da parceria e consequente transferência de recurso público à proponente, na forma do art. 162, § 6º, da Lei Orgânica do Município de Unaí.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Unaí-MG, 10 de abril de 2018.

  
Joyce A. Mcira Bazzarella  
Procuradora Jurídica



**PREFEITURA DE UNAÍ**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**



Processo número 01.344/2018.

Acolhemos o parecer da lavra da Procuradora Jurídica, Dra. Joyce Bazzarella, pelos seus próprios fundamentos.


Unaí-MG, 10 de Abril de 2018.

  
Gláuber Soares Mendes  
Procurador Adjunto do Município de Unaí

 **PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ**  
Gláuber Soares Mendes  
Procurador Adjunto  
OAB/MG 119.637

*À  
Procuradora,  
faz-se o parecer da T. Procuradora Dra. Joyce, de ciência a  
Câmara.*

*Decidi, 11/04/18*

  
Waldir Wilson Moura Pinto Filho  
Secretário Municipal de Governo